



**REFLEXOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM VITÓRIA DA
CONQUISTA/BA¹**

Luciene Rocha Silva²

Elisângela Andrade Moreira Cardoso³

Arlete Ramos dos Santos⁴

INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais no Brasil ainda sofrem pela indefinição de rumos, principalmente quando se trata da Educação do Campo. O descaso dos governantes e a falta de conhecimento da população sobre os seus direitos sociais, contribuem para que esse esquecimento e, por que não dizer o descompromisso dos gestores para com a formação cidadã. Para Arroyo, Molina, Caldart, (2004) esta ausência de políticas públicas para a educação do campo provocou o silenciamento dos problemas vivenciados pelo homem do campo, ao longo de vários anos, na legislação educacional. Essa realidade, atualmente, vem se rompendo, devido às mobilizações dos agentes sociais, que a partir das lutas em torno dos seus direitos, mesmo reconhecidos tardiamente pela Constituição Federal de

1 Este resumo apresenta o resultado parcial de uma pesquisa em fase de conclusão sobre a Política Municipal de Educação do Campo em Vitória da Conquista- Bahia no período de 2010 a 2015, que vem sendo realizado durante o ano de 2016/2017, para efeito de conclusão de mestrado profissional na UESC, que se constitui como embrião do projeto de pesquisa em andamento, intitulado “As políticas públicas educacionais do PAR em municípios de Vitória da Conquista Ilhéus e Itabuna – Bahia”, o qual é coordenado pela Prof^a Dr^a Arlete Ramos dos Santos docente do DCIE/ PPGE/UESC e conta com o financiamento, por meio de bolsas, da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB), do qual estamos auxiliando com o processo de investigação, através do grupo de pesquisa Centro de Pesquisa em Educação e Ciências Humanas – CEPHEC, juntamente com o Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Diversidade, Relações Éticas e Indígenas, registrado pela CNPq.

2 Mestranda do PPGE, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – Bahia, Brasil. Endereço eletrônico: lucienerocha64@gmail.com

3 Mestranda do PPGED, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil. Endereço eletrônico: elisangelajg@gmail.com

4 Doutora em Educação pela FAE/UFMG com Pós-doutorado pela UNESP. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - BA). Endereço eletrônico: arlerp@hotmail.com



1988 e, conseqüentemente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/96), passaram a reconhecer a importância de uma educação diferenciada para a população do campo.

O objetivo aqui é analisar as ações políticas pedagógicas e administrativas implementadas pela Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista (SMED), nas escolas situadas no meio rural, que oferecem a educação básica, procurando constatar se estas políticas se aproximam ou se distanciam das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, conforme Resolução nº 01, de 03 de abril de 2002, implementada pelo Ministério da Educação.

As contradições observadas surgem a partir de um grande número de escolas no campo, de um acompanhamento ineficiente por parte da própria estrutura educacional, e de seus aparatos administrativos e operacionais, a exemplo da supervisão pedagógica, ainda deficitária, bem como a formação continuada dos professores equivocada, o currículo distante da realidade, inadequação da metodologia de ensino, do fechamento das escolas e o seu processo de nucleação. Outros problemas questionáveis como o distanciamento do calendário letivo da realidade do campo, professores que atuam nessas escolas sem conhecer essa modalidade de ensino e os índices de evasão e repetência, ainda consideráveis. Situações nos impulsionaram para uma investigação com rigor científico, visando colher resultados que possam explicar essas contradições.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com abordagem através da Pesquisa-ação, auxiliada pelos integrantes do Fórum Municipal de Educação do Campo que acompanhou o processo de pesquisa no município. Para fundamentar os seus resultados, recorreremos à concepção teórica de Marx e Engels em seus estudos sobre o capital. Concebemos o materialismo histórico como um método que mais se aproxima da realidade atual e que explica com mais clareza e profundidade das contradições determinantes provocadas pelo modo de produção capitalista Também por entender que a Educação do Campo é uma expressão da luta de classe entre trabalhadores camponeses e os que detêm os meios de produção e dominam o Estado, bem como pela materialidade das contradições e da práxis sociológica que alteram os comportamentos e aprofundam as desigualdades sociais. Outros autores também facilitaram a compreensão dessa realidade



educacional como Arroyo, Molina e Caldart (2004), Fernandes (2011) e Thiollent (2011), além dos marcos normativos como os Pareceres, as Diretrizes, as Leis e os Decretos que legislam sobre a educação do campo.

Os documentos coletados e as entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos da pesquisa, foram analisados, envolvendo os integrantes do FOMEC/VC-Fórum Municipal de Educação do Campo. A opção pesquisa-ação, metodologia utilizada na prática da pesquisa, se deveu ao fato de que esta absorve vários métodos e técnicas da pesquisa social com os quais se estabelece pela estrutura participativa, ativa e coletiva, como a efetivação de um conjunto de pessoas constituídas em grupos para investigar uma situação problema. (THIOLLENT, 2011).

A REALIDADE EM QUESTÃO

O território onde se ergue o município de Vitória da Conquista, também conhecido como “Joia do Sertão Baiano”, devido à fertilidade das suas terras, ao seu clima tropical úmido, a sua localização e, sobretudo, pelo caráter hospitaleiro da sociedade conquistense é considerado um pólo bastante atrativo na região onde está localizada. Destaca-se entre outras cidades pelo seu comércio e os serviços prestados na área de saúde, cultura e educação, tornando-se um importante centro educacional, cuja população totaliza 346.069 habitantes, aproximadamente (IBGE, 2016). A ideia de território aqui está associada à concepção cultural de “lugar marcado pelos homens” (FERNANDES, 2011, p.136).

Vitória da Conquista pode ser considerado como um cenário de educação campesina, uma vez que das 202 (duzentas e duas) unidades escolares, 140 (cento e quarenta) encontram-se localizadas na zona rural. No geral, são mais de 41 (quarenta e um) mil alunos atendidos por 1.785 (hum mil setecentos e oitenta e cinco) professores, entre contratados e efetivos na rede municipal de ensino. Vale ressaltar que a Zona Rural é formada por 18 (dezoito) Círculos Escolares Integrados (CEIs), a saber: Assentamento Chapadão, Assentamento Sede, Bate pé, Cabeceira, Campo Formoso, Capinal, Cercadinho, Dantelândia, Estiva, Gameleira, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Limeira, Pradoso, São João da Vitória, São Sebastião e Veredinha que atendem 93 (noventa e três) escolas e 2 (dois) Círculos de Nucleadas com 47 (quarenta e sete) escolas acolhidas. Constata-se também que nas Escolas Nucleadas as turmas são todas multisseriadas e que nos CEIs, das 209 (duzentas e nove) turmas do Segmento I, 127 (cento e vinte e sete) são multisseriadas.



(SMED, 2016).

Contudo, apesar dessa cidade estar classificada entre as 100 melhores cidades para se viver (REVISTA EXAME, 2017), ela não oferece condições favoráveis para a vida no meio rural que contribuam para a permanência do homem do campo e sua fixação em seu território de identidade cultural. E, a escola, por sua vez, enquanto instituição social, possivelmente, não está cumprindo com a função de procurar fortalecer a identidade camponesa e conscientizar esse homem acerca da importância de se permanecer no campo para cultivar a terra e preservar a sua cultura.

Concomitante a isso, durante o período de 2010 a 2015, 1.600 alunos, aproximadamente, se afastaram do campo, como evidencia a tabela abaixo ao apresentar os alunos matriculados nas escolas que se encontram nos espaços camponeses:

Tabela 02 – Alunos Matriculados na Zona Rural em Vitória da Conquista/BA

Ano letivo	Quantidade de alunos Matriculados
2010	15.029
2011	14.833
2012	14.619
2013	13.833
2014	13.779
2015	13.430

Fonte: SMED, (2016).

Como podemos notar, a cada ano as escolas camponesas têm diminuído seu quantitativo de alunos e, é bem provável que estes tenham abandonado a escola para ajudar os seus pais no sustento da família. O pior é a incerteza quanto ao futuro desses jovens e se de fato estes abandonaram a escola ou estão tentando acelerar seus estudos por meio da Comissão Permanente de Avaliação – CPA, um órgão do Estado que regulariza a vida dos alunos do Ensino Fundamental e Médio, numa concepção de aceleração da escolarização para aqueles que se encontram com defasagem na idade série. Esta é mais uma condição imposta pela educação do capital que desencadeia em mudanças nas classes sociais rurais.

CONCLUSÃO



A Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista, ao longo destes cinco anos, vem desconsiderando muitas das situações peculiares presentes nas comunidades rurais: uma delas é perceptível no trato com o currículo escolar e a outra situação está relacionada com a formação docente. Num processo antagônico, as orientações pedagógicas contrariam e se distanciam da legislação que direciona os princípios curriculares para as escolas do campo. Esta tarefa fica por conta da gestão que deve se sensibilizar e assumir o compromisso de conceber, enquanto gestora e líder na comunidade, os problemas do campo, integrando ao currículo escolar os saberes específicos dessa realidade de ensino. De acordo com o disposto no Artigo 2º, incisos I e II III e IV, do Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, este evidencia que a formação, o currículo e valorização da identidade da escola, reafirmam os princípios da Educação do Campo.

Conforme depoimento dos sujeitos entrevistados a formação continuada dos docentes da rede municipal é realizada precisamente com base nos programas do Governo Federal. Dessa forma, o Pacto pela Alfabetização passa a ser um instrumento responsável para orientar os professores que atuam com classes dos Módulos I, II e III e do Ciclo de aprendizagem inicial, que representam o processo de alfabetização. Além da adesão ao Programa Nacional de alfabetização na Idade Certa, em 2012 com a formação voltada para o Letramento e a Roda de Alfabetização, baseada nos princípios piagetianos, que oferecia o chamado reforço escolar para os alunos com dificuldades de leitura e escrita, como modelo de orientação pedagógica para as classes de Educação Infantil, é notória a ausência de uma proposta pedagógica para a rede municipal, sobretudo para a educação do campo.

Palavras-chave: Educação Básica. Educação do Campo. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Por uma educação do campo**. In: ARROYO, M. G.;
- CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.), Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.



BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96**. Brasília, 1996.

_____. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Resolução CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002**. Brasília, 2002.

_____. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Brasília, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. (Org). **Educação do Campo e pesquisa: questões para a reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo Demográfico 2016/IBGE**. Vitória da Conquista, BA, 2016.

REVISTA EXAME. **As melhores e piores 100 grandes cidades do Brasil**. São Paulo: Abril, 2017. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/o-ranking-do-servico-publico-nas-100-maiores-cidades-do-brasil>> Acesso em: 24 mar. 2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Secretaria Municipal da Educação (SMED). **Setor de Legalização e Estatística**. Vitória da Conquista, 2016.